

PARCERIAS *contra a* CORRUPÇÃO

“
CONTER A CORRUPÇÃO É UM
SÉRIO DESAFIO GLOBAL....
SERÃO NECESSÁRIAS PARCERIAS
GLOBAIS PARA VENCÊ-LO”

— HILLARY RODHAM CLINTON
SECRETÁRIA DE ESTADO





DEPARTAMENTO DE
ESTADO DOS EUA
VOLUME 16 / NÚMERO 8

Publicado em maio de 2012

Coordenadora, Dawn L. McCall; editor executivo, Nicholas S. Namba; diretor de Conteúdo Escrito, Michael Jay Friedman; diretora editorial, Mary T. Chunko; editor-gerente, Andrzej S. Zwaniacki; chefe de Produção, Michelle Farrell; gerente de Produção, Janine Perry; designer, Dori Walker; pesquisadora de fotos, Maggie Sliker; revisora do Português, Marília Araújo

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica a revista eletrônica *eJournal USA*. Cada edição analisa uma grande questão enfrentada pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional e informa os leitores internacionais sobre a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

Cada *eJournal* é publicada em inglês, seguida pelas versões eletrônicas em espanhol, francês, português e russo. Algumas edições também são traduzidas para o árabe, o chinês e o persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas em *eJournal USA* não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

Editor, *eJournal USA*
IIP/CD/WC
U.S. Department of State
2200 C Street, NW
Washington, DC 20522-0501
USA
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Ilustração da capa: iStock Images

Sobre esta edição



©AP Images

Deus olha para as mãos limpas, não para as mãos cheias.

— Publilius Syrus, século 1 antes de Cristo

A corrupção é um problema que afeta instituições públicas e privadas – e prejudica o avanço econômico e social – desde o início dos tempos.

É um princípio já consagrado que os governos não podem combater a corrupção sozinhos. O setor privado e a sociedade civil precisam participar ativamente para que o suborno possa vir à tona e para acabar com práticas de corrupção. Governos nacionais e locais têm trabalhado com empresas e a sociedade civil para garantir que as compras públicas sejam realizadas de maneira transparente e honesta. Muitos governos também estão fazendo parceria com empresas e grupos não governamentais para aumentar a transparência em setores mais propensos à corrupção. Essas iniciativas resultaram no uso mais eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Os cidadãos e as organizações podem não apenas fiscalizar as ações governamentais, mas podem também desempenhar papel vital na promoção da integridade em suas próprias esferas de influência. Esse princípio está consagrado na Convenção da ONU contra a Corrupção (Uncac), o mais abrangente e praticamente universal tratado internacional anticorrupção – ratificado por 158 países e pela União Europeia. Ampla cobertura de medidas preventivas e punitivas, disposições sobre cooperação internacional e devolução do dinheiro da corrupção e um mecanismo para monitorar a implementação do tratado o tornam uma arma poderosa contra a corrupção nacional e transnacional.

Esta edição de *eJournal USA* – “Parcerias contra a Corrupção” – fornece diversas perspectivas sobre os benefícios e os desafios das parcerias público-privadas e da cooperação internacional no combate à corrupção. Também oferece exemplos concretos de como essas parcerias estão sendo usadas de modo efetivo. Esperamos que esta publicação gere discussões, ideias e ações destinadas a ampliar a gama de oportunidades para a colaboração no enfrentamento da corrupção.

— Os editores

PARCERIAS CONTRA A CORRUPÇÃO

eJOURNAL USA, MAIO DE 2012, VOLUME 16/NÚMERO 8
PUBLICADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

Índice



Samandarlin Tsogto Bayar, Mongolia

LEITURA RÁPIDA

Parcerias bem-sucedidas contra a corrupção

Mídia, sociedade civil e empresas unam-se! **5** |
Traficantes e contrabandistas detidos **6** |
Combatentes do crime cooperam além das fronteiras **8** | ONGs aderem à luta! **10** | Empresas querem tolerância zero **12** | Jornalistas investigativos revelam a sujeira, aumentam a pressão **14** | Fim de jogo! Galeria de trapaceiros (escroques, fraudadores e ladrões) **16** |

A GRANDE MATÉRIA

2

PARCEIROS PARA NEGÓCIOS LIMPOS

John D. Sullivan, executive director,
Center for International Private Enterprise

O setor privado – tanto como perpetrador quanto como vítima da corrupção – precisa fazer parte de qualquer estratégia eficaz contra a corrupção.

MAIS

Cartunistas retratam a corrupção

Às vezes uma imagem vale mil palavras. Cartunistas de todas as partes do mundo são aliados valiosos na luta por sociedades limpas e honestas. Aproveite essas amostras do trabalho desses profissionais. **18** |

PARCEIROS PARA NEGÓCIOS LIMPOS

John D. Sullivan

Corrupção é uma questão grande demais para que qualquer grupo, organização ou país combata sozinho. A prevalência global da corrupção é indicada pelas estimativas conservadoras do Banco Mundial sobre o total anual dos pagamentos de propina no mundo (US\$1 trilhão) e as perdas econômicas nos países em desenvolvimento e em transição devido à corrupção (entre US\$20 bilhões e US\$40 bilhões por ano). O crescimento explosivo do crime organizado transnacional facilitado pela corrupção torna o esforço cooperativo entre os diversos interessados em todos os níveis ainda mais urgente.

Portanto, as parcerias que aproveitam o conhecimento especializado e os recursos de todos os parceiros são essenciais na luta global contra a corrupção. As metas de combate à corrupção buscadas por parcerias internacionais, bem como por coalizões de interessados nos países – como governos, setor privado e sociedade civil – têm maior probabilidade de sucesso do que os esforços empreendidos por cada parte interessada agindo por conta própria.

GOVERNOS PRECISAM DE PARCEIROS

Os acordos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas contra

a Corrupção e a Convenção Antissuborno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ajudam a criar condições para parcerias entre os governos dos países signatários e as instituições multinacionais. As convenções anticorrupção podem ajudar a criar consenso contra a corrupção e possibilitar que esses países compartilhem as melhores práticas e ao mesmo tempo pressionem os governos a agir para cumprir seus compromissos de combate à corrupção.

Para que a cooperação internacional seja eficaz, cada país deve, em

Não vamos andar em círculos: conferência do Cipe sobre combate à corrupção realizada em 2010 em Moscou.
Cortesia: CIPE



última instância, traduzir as amplas metas de combate à corrupção em políticas e aplicação concretas. Muitos governos estão tentando superar as barreiras burocráticas que separam as diversas agências envolvidas nos esforços de combate à criminalidade e à corrupção. Alguns países entraram em projetos de cooperação internacional e coordenam seus esforços anticorrupção com outros. É necessário mais cooperação intra e intergovernamental em todos os níveis.

Mas as reformas contra a corrupção não podem ser deixadas somente para os governos – é fundamental o envolvimento das organizações de base. Amplas coalizões podem ser criadas ad hoc para fomentar reformas específicas e depois se dissolverem para que cada parceiro vá em busca de suas próprias metas. Mas relações sustentadas entre parceiros tornam os esforços anticorrupção mais consistentes e ajudam a criar uma frente comum de combate à corrupção, o que é uma força considerável. As mídias sociais eletrônicas podem ajudar os parceiros a se manter conectados, a ficar sempre bem informados e a entrar em contato com o público em geral.

As organizações não governamentais internacionais de combate à corrupção, como a Transparência Internacional (TI) e a Integridade Global, estão em posição de assumir a liderança. Mas, apesar de seu alcance internacional, elas geralmente têm poucos recursos. As instituições multilaterais podem ajudar. Por exemplo, em 2007 o Instituto do Banco Mundial (IBM) fez parceria com a TI, o Centro para a Empresa Privada Internacional (Cipe), a Siemens e outros grupos empresariais e da sociedade civil para desenvolver o www.fightingcorruption.org, recurso abrangente para a ação coletiva. Esse site promove a ação de empresas com outros interessados para melhorar a transparência, a integridade e a prestação de contas de projetos comerciais, além de fornecer material informativo correspondente, inclusive diretrizes e melhores práticas.

NAÇÕES QUE COMBATEM A CORRUPÇÃO

MENOS CORRUPÇÃO NOS NEGÓCIOS

O setor privado – como parte do problema da corrupção e também sua vítima – deve participar de qualquer solução efetiva. O Cipe trabalha para

POSSIBILIDADE DE 400% DE AUMENTO DA RENDA NACIONAL

istockphoto



Shutterstock

conseguir a ajuda de instituições privadas no combate à corrupção. O Cipe reconhece que a corrupção é um problema institucional com dois lados, o da demanda e o da oferta, que só pode ser combatido por meio dos esforços coordenados das diversas partes interessadas.

As reformas no lado da demanda tratam das condições sistêmicas que criam oportunidades para a corrupção, tais como leis e regulamentações obscuras ou códigos fiscais complexos. Na Armênia, o Cipe e um grupo não governamental local criaram uma coalizão de associações empresariais, câmaras de comércio e ONGs para promover o ativismo contra a corrupção. A coalizão elaborou recomendações de política fiscal e envolveu legisladores e autoridades fiscais em um diálogo sobre reformas. A implementação dessas reformas reduziu os custos fiscais para os empresários, tais como demandas das autoridades por pagamentos de facilitação, ajudando a Armênia a diminuir a corrupção e a melhorar o clima para os negócios. Na Rússia, trabalhando com 17 coalizões regionais de associações empresariais, o Cipe liderou esforços de ativismo relacionados com 138 mudanças nas leis regionais, muitas das quais voltadas para prevenir a corrupção. De modo



Pawel Kuczynski, Polônia

semelhante, o Cipe e a Confederação Colombiana de Câmaras de Comércio (Confecâmaras), por meio de esforços conjuntos com outros grupos locais, ajudaram a melhorar a transparência nas compras governamentais de bens e serviços.

No lado da oferta, as empresas privadas podem introduzir reformas como o fortalecimento da governança corporativa ou códigos de ética que estimulem maior transparência. A cooperação entre partes interessadas do setor privado é essencial para incentivar as empresas a compartilhar as melhores práticas e empregá-las em suas operações. Um exemplo com significativa repercussão mundial são os Princípios Empresariais para Combater o Suborno, criados em 2002 por iniciativa de vários interessados sob a liderança da TI. Desde então, esses princípios vêm sendo adotados por muitas empresas líderes

para servir de parâmetro para suas políticas e procedimentos antissuborno e têm influenciado o desenvolvimento de outras iniciativas, como a Iniciativa de Parceria contra a Corrupção do Fórum Econômico Mundial.



Basca Gergely, Hungria

PROMOÇÃO DE CONFIANÇA

Um dos maiores desafios de todos os esforços anticorrupção baseados em parceria é a criação de confiança mútua entre os participantes e plataformas com vistas a um diálogo construtivo. Os fóruns internacionais são importantes para promover confiança, mas precisam ser complementados por ações em âmbito nacional.

A chave para o sucesso das alianças anticorrupção é a criação de mecanismos institucionais para troca de informações e consultas sobre políticas entre as autoridades governamentais, o setor privado e os agentes da sociedade civil. A meta é estimular o diálogo mútuo que dá a todos os interessados voz no desenvolvimento de reformas e na descoberta de soluções. Só então os governos e as partes interessadas do setor privado e da sociedade civil poderão juntar forças para combater efetivamente a corrupção.

John D. Sullivan, Ph.D., é diretor executivo do Centro para a Empresa Privada Internacional, um dos quatro institutos centrais do Fundo Nacional para a Democracia e afiliado à Câmara Americana de Comércio. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.



Sim, também somos contra a corrupção: manifestação anticorrupção organizada por grupos empresariais em Bangcoc, em setembro de 2011. (©AP Images)

CRIME TRANSNACIONAL: desafio para todos

Louise Shelley

O crime organizado não pode funcionar sem a corrupção de autoridades. As organizações criminosas transnacionais precisam “comprar” agentes aduaneiros, de fronteira e algumas vezes consulares para facilitar o tráfico de pessoas ou de drogas, o contrabando de armas ou outras atividades ilícitas.

Lidar com o crime transnacional é inerentemente difícil, uma vez que as organizações criminosas estão cada vez mais globalizadas e os sistemas jurídicos dos países são de âmbito nacional. Os grupos criminosos transfronteiriços capitalizam a habilidade de segmentar suas operações por vários países, onde são aplicadas leis e regulamentações diferentes. As variações entre as leis nacionais dificultam a promoção da cooperação internacional para investigar grupos criminosos, prender e processar seus líderes.

As redes criminosas tornaram-se extremamente móveis e especialistas em mercados e tecnologias, desafiando os governos a acompanhá-las. Após os ataques terroristas de 11 de setembro, o governo americano transferiu para a luta contra o terrorismo quantias enormes de recursos antes destinadas ao combate ao crime transnacional. Essas duas ameaças em geral têm ligações via financiamento, logística e comunicações, mas essas ligações inicialmente não eram reconhecidas, permitindo assim a expansão rápida de diferentes formas de crime transnacional, como tráfico de seres humanos, drogas e armas; comércio de produtos falsificados; lavagem de dinheiro e crime ambiental transfronteiriço. Em 2011, a Casa Branca anunciou pela primeira vez a Estratégia Nacional de Combate ao Crime Organizado Transnacional. Essa estratégia institucionaliza diversas

práticas já existentes, torna públicas essas práticas e tenta aumentar a coordenação entre as agências governamentais pertinentes. É uma tentativa de lidar com as diversas formas de crime transnacional de uma maneira mais séria e organizada.

Muitos outros países também estão conscientes da gravidade dessa ameaça; alguns sofrem as consequências do crime transnacional de forma mais contundente que os Estados Unidos. Alguns deixam de responder por falta de recursos; outros estão imobilizados pela corrupção. Mas, para muitos deles, o crime transnacional é alta prioridade. O que ilustra isso muito bem é a Europol, agência de inteligência criminal da União Europeia, que tem forte compromisso com o combate ao problema.

Contudo, apesar de esforços internacionais significativos para implementar a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, promulgada há mais de uma década, ainda resta muito a fazer. Atacar o crime transnacional e a corrupção a ele relacionada é um desafio não apenas para os órgãos de aplicação da lei, mas também para toda a sociedade e o empresariado. Isso exige mídia vigilante, sociedade civil engajada, empresariado responsável e boa governança em todos os níveis. ■

Louise Shelley, Ph.D., é professora universitária e diretora do Centro de Combate ao Terrorismo, ao Crime Transnacional e à Corrupção, da Escola de Políticas Públicas da Universidade George Mason.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Acima: E o que você carrega no bolso traseiro? Operação conjunta da Tailândia e dos EUA realizada em junho de 2002 no Golfo da Tailândia para combate ao tráfico de drogas. À esquerda: Eles disseram que levam galinhas vivas? Operação de combate ao tráfico de pessoas realizada por seis países europeus em maio de 2007. (©AP Images)



istockphoto



REDES

contra

NARCOTERRORISMO

PROBLEMA:

Em 2010, 29 dos 63 maiores grupos de **NARCOTRAFICANTES** identificados pelo Departamento de Justiça dos EUA tinham ligações com organizações terroristas, de acordo com informativo da Casa Branca.

SOLUÇÃO: Seguir o dinheiro

Em 2010, após dois anos de investigação, autoridades colombianas e americanas desmantelaram uma organização de tráfico de drogas que se estendia da Colômbia até



Nós os conhecemos por suas papoulas: polícia colombiana em missão de combate às drogas perto de El Silencio. (©AP Images)

Panamá, México, Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. A maioria das drogas era originária das Farc, grupo da Colômbia designado como terrorista pelos EUA, e alguns proventos do crime foram rastreados, por meio de uma rede de expatriados libaneses, para o financiamento do Hezbollah, outro grupo designado pelos EUA como organização terrorista. O principal responsável pela lavagem de dinheiro no esquema, Chekry Harb, também conhecido como "Taleban", agiu como o mais importante intermediário entre organizações de narcotráfico latino-americanas e grupos radicais do Oriente Médio.

TRÁFICO DE PESSOAS

PROBLEMA:

O **TRÁFICO DE PESSOAS** é a segunda atividade criminosa de crescimento mais rápido no mundo após o comércio de drogas ilícitas, de acordo com o Departamento de Justiça dos EUA. É uma indústria criminosa global que movimenta US\$ 32 bilhões, diz o Centro Nacional de Recursos contra o Tráfico Humano.

SOLUÇÃO: Investigações conjuntas

Em fevereiro de 2011, agentes federais dos EUA desmantelaram uma quadrilha de exploração sexual em Houston, Texas. Dez pessoas, inclusive cidadãos mexicanos e hondurenhos, foram presas e indiciadas, e nove mulheres foram resgatadas. As prisões foram o resultado de uma investigação de três anos realizada pela Aliança para o Resgate de Vítimas do Tráfico de Pessoas composta de autoridades federais, estaduais e locais, inclusive do Departamento de Estado dos EUA.

FALSIFICAÇÃO

PROBLEMA:

O comércio mundial de **PRODUTOS FALSIFICADOS** atinge entre US\$ 250 bilhões e US\$ 600 bilhões por ano. Grupos terroristas e paramilitares frequentemente recorrem a esse comércio para obter recursos.

SOLUÇÃO: Colaboração da Alfândega

No quarto trimestre de 2009, contêineres embarcados da Ásia com destino à Europa foram submetidos a um exame mais apurado quando autoridades alfandegárias de 13 países asiáticos e 27 países europeus em conjunto voltaram sua atenção para carregamentos suspeitos. As autoridades apreenderam 30 contêineres com mais de 65 milhões de cigarros falsificados e outros produtos pirateados. A investigação conjunta identificou 89 pessoas físicas ou empresas envolvidas em falsificação.

REDES

COMÉRCIO ILEGAL DE VIDA SELVAGEM

PROBLEMA:

O valor do **COMÉRCIO ILEGAL DE VIDA SELVAGEM** – na maior parte do Sudeste Asiático e da África – é estimado em US\$ 10 bilhões a US\$ 20 bilhões anuais pela Interpol.

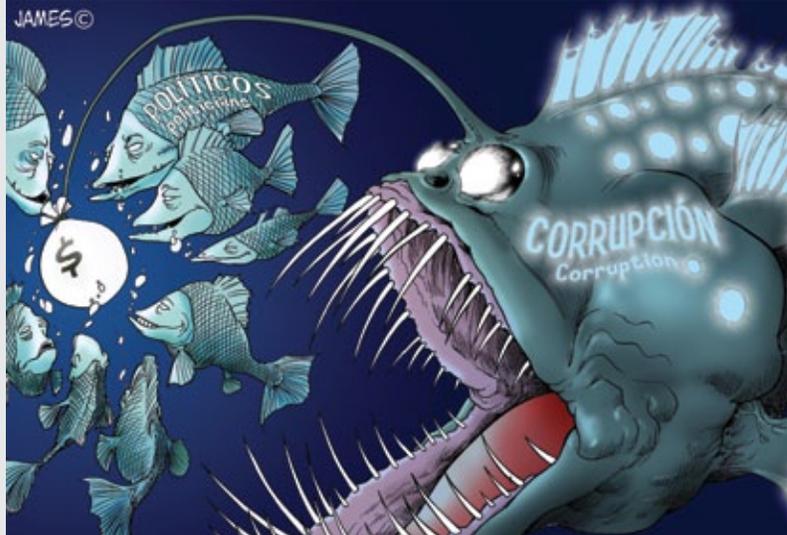
SOLUÇÃO: Inteligência regional

Em maio de 2010, forças policiais e agentes dos países África do Sul, Botsuana, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue fizeram uma varredura em mercados e lojas no sul da África em ação coordenada pela Interpol contra o comércio ilegal de vida selvagem. Agentes da lei localizaram e fecharam uma fábrica ilegal de marfim, apreenderam quase 400 quilos de marfim e chifres de rinocerontes e prenderam 41 pessoas. Informações reunidas durante a operação ajudaram a identificar rotas de contrabando dentro e fora de África.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) opera a maior rede mundial de aplicação da lei da vida selvagem, que depende de compartilhamento de informações dos serviços de inteligência regionais.



As vítimas não são mostradas: operação levada a cabo por seis nações africanas em 2009 contra o tráfico de animais selvagens apreendeu 1.700 quilos de presas de elefantes. (©AP Images)



Jaime Mercado, México

CONTRABANDO DE ARMAS DE FOGO

PROBLEMA:

O mercado global de **ARMAS DE FOGO ILEGAIS** é estimado em US\$ 170 milhões a US\$ 320 milhões anuais pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. Alguns grupos terroristas lançam mão do contrabando de armas de fogo para eles próprios se armarem e financiarem suas atividades.

SOLUÇÃO: Cooperação internacional

Em março de 2012, autoridades australianas e alemãs desbarataram uma quadrilha de contrabandistas de armas. Nos meses precedentes, o grupo criminoso importou ilegalmente da Alemanha para a Austrália 220 pistolas semiautomáticas Glock e uma provisão ainda maior de munição. Três homens na Austrália foram acusados de uma série de crimes correlatos.



Perda para os traficantes: em 2011, autoridades americanas apreenderam armas de fogo que seriam contrabandeadas para o México. (©AP Images)

NÃO HÁ COMO ESCAPAR

QUANDO

há cooperação contra o crime

Christopher Connell

A corrupção não tem fronteiras, e os problemas relacionados a ela dizem respeito tanto a países ricos quanto a pobres.

“Você não pode enfrentá-la simplesmente apontando o dedo para o mundo em desenvolvimento”, disse Adrian Fozzard, diretor da Iniciativa para a Recuperação de Ativos Roubados, projeto das Nações Unidas/Banco Mundial. Empresários que pagam propina para obter concessões e contratos em países em desenvolvimento vêm muitas vezes de países mais ricos, e os proventos da corrupção com frequência voltam para seus centros financeiros, declarou.

O BRAÇO COMPRIDO DA LEI TEM MAIOR ALCANCE

As autoridades responsáveis pela aplicação da lei reconhecem cada vez mais que não podem combater subornos ou fraudes sem a colaboração de seus pares no exterior: hoje em dia, o braço comprido da lei precisa alcançar oceanos, fronteiras e jurisdições. Duas importantes leis internacionais – a Convenção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros, de 1997, e a Convenção da ONU contra a Corrupção (Uncac), de 2003 – forneceram aos órgãos responsáveis pela aplicação da lei a base jurídica para prosseguir em seus esforços anticorrupção fora das fronteiras nacionais.

Órgãos nacionais como o Bureau Federal de Investigação (FBI) dos Estados Unidos, a Scotland Yard da Grã-Bretanha e a Comissão Independente contra a

Corrupção, de Hong Kong, não são os únicos no rastro de dirigentes e líderes corporativos corruptos que saqueiam tesouros nacionais. Advogados como o suíço Enrico Monfrini também estão nessa briga. Eles abrem processos civis para recuperar o dinheiro da corrupção. James Maton, advogado contencioso comercial de Londres, ajudou a Nigéria a recuperar US\$ 120 milhões dos bilhões que Sani Abacha roubou durante cinco anos como ditador e escondeu em contas bancárias no Reino Unido.

Maton, sócio do escritório de advocacia Edwards Angell Palmer & Dodge LLP, disse que os processos civis para recuperar ativos às vezes avançam quando as investigações criminais emperram. No caso Abacha, “tivemos enorme ajuda dos órgãos responsáveis pela aplicação da lei que realizaram a investigação”, acrescentou.

Nos Estados Unidos, órgãos governamentais colaboram no combate ao suborno e à cleptocracia. No FBI há uma equipe inteira que se dedica a investigar violações da Lei sobre a Prática da Corrupção no Exterior, lei de 1977 que torna ilegal subornar um funcionário estrangeiro para garantir uma transação comercial.

“É um esforço coletivo enorme”, disse a agente especial do FBI Debra LaPrevotte.

Quando a Siemens AG, a gigante alemã da engenharia, admitiu pagamentos rotineiros de suborno para ganhar contratos internacionais, LaPrevotte obteve registros bancários mostrando que US\$ 1,2 milhão havia ido para o filho do ex-primeiro-ministro de Bangladesh e ficado escondido em uma conta em Cingapura identificada com as iniciais dos seus filhos. Graças à cooperação das autoridades dos EUA, da Alemanha e de Cingapura, a conta foi bloqueada.

QUANDO A FISCALIZAÇÃO DEMORA

O Departamento de Justiça dos EUA vai atrás do suborno corporativo com determinação, porém muitos outros países não fazem isso. Em 2011, a Transparência

Os Estados Unidos vão atrás do suborno corporativo com determinação, porém muitos outros países não fazem isso.

ESTADOS UNIDOS

em 2008–2011

58
EMPRESAS

pagaram um total de

US\$ 3,74
BILHÕES

para mover ações contra a corrupção e o suborno.

(New York Times com base em dados do Departamento de Justiça)

Internacional, organização de vigilância anticorrupção, viu “pouca ou nenhuma fiscalização” em mais da metade dos países que assinaram a Convenção Antissuborno da OCDE.

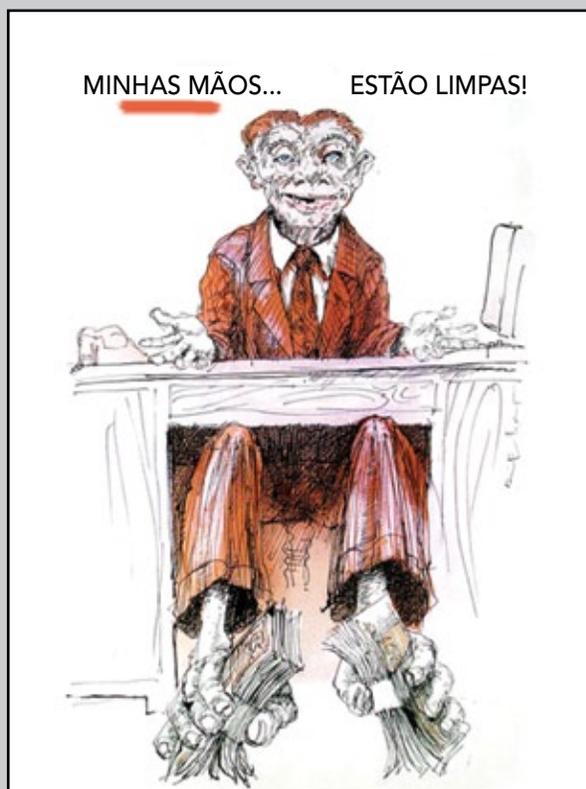
No entanto, a Uncac aumentou gradativamente a pressão sobre todas as nações signatárias. Agora a maioria esmagadora está de acordo com as normas às quais as autoridades públicas e as empresas devem se submeter. Robert Leventhal, que dirige iniciativas anticorrupção e de governança no Departamento de Estado, disse: “O desafio no momento é trabalhar com os países para colocar em prática essas normas.”

Com a Uncac monitorando o mecanismo em vigor e o primeiro lote de países sendo analisado, as chances de melhorias aumentam, disseram autoridades americanas. ■

Christopher Connell é redator freelancer.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA

Rainer Ehrh, Alemanha



FRENTE A FRENTE COM A JUSTIÇA



Em cima: Retorno infeliz: o ex-ditador “Baby Doc” Duvalier foi acusado de corrupção e roubo na volta ao Haiti em 2011. No meio: Do conselho de administração para a sala de audiência: Zamri Iderus, gerente-geral da empresa malaia Sime Darby, foi acusado de corrupção em 2010. Em baixo: Onde estão agora os amigos subornados? O ex-executivo da Siemens Reinhard Siekaczek antes do veredito em processo de suborno em Munique em 2008. (©AP Images)

Parceiros contra a corrupção fazem as coisas

ACONTECER

Na versão de um artista indonésio das aventuras de Gulliver na ilha de Lilipute, pessoas de baixa estatura controlam o monstro da corrupção trabalhando juntas. Como os cidadãos de Lilipute na charge, ativistas e grupos da sociedade civil geralmente consideram “unir forças” a melhor estratégia no combate à corrupção.

CIDADÃOS DE LILIPUTE

Na última década, governos negociaram convenções regionais e internacionais contra a corrupção e criaram órgãos oficiais para enfrentá-la.

Mas sem a participação ativa da sociedade civil, a aplicação rigorosa desses acordos e as reformas relacionadas são improváveis em muitos países, afirmou Huguette Labelle, presidente da Transparência Internacional (TI), em conferência contra a corrupção em 2010, em Bangcoc. E essas reformas têm maior probabilidade de ocorrer como resultado de esforços conjuntos de organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, empresas e outras partes interessadas mais do que de ações individuais de ativistas ou organizações. Ao juntar forças, os interessados ganham alavancagem adicional, em especial se estiverem pressionando por reformas polêmicas em um ambiente politicamente desafiador, segundo Nathaniel Heller, diretor executivo da Integridade Global, organização internacional de vigilância contra a corrupção.

As parcerias da sociedade civil variam de grupos que unem forças para alcançar uma meta local a coalizões internacionais envolvendo centenas de organizações que buscam uma solução mais abrangente. A cooperação entre parceiros pode assumir a forma de consultas informais sobre táticas, cartas e petições conjuntas; acordos formais; assentos em organizações; ou captação de recursos e orçamentos conjuntos.

As coalizões de ONGs estão mais bem posicionadas para proteger seus líderes e ativistas associados atuando por conta própria, muitas vezes

Água limpa livre de corrupção é mais saborosa (©AP Images)



ameaçados de represálias por parte de autoridades corruptas, empresários ou criminosos. A cooperação entre grupos de ativistas também é necessária para evitar duplicação de esforços, dizem líderes da sociedade civil.

“As ONGs funcionam na base da ‘vantagem colaborativa’” para serem bem-sucedidas, declarou Casey Kelso, diretor de ativismo da TI.

Um exemplo de como essa vantagem é usada é uma coalizão de sete ONGs formada em 2010 na Polônia para fiscalizar se os partidos políticos mantêm suas promessas de campanha contra a corrupção. Os resultados do monitoramento das ONGs são publicados no final do mandato do parlamento.

Grazyna Czubek da Fundação Stefan Batory, membro da coalizão, disse que a parceria atingiu dois objetivos.

“Os políticos começaram a incluir medidas de combate à corrupção em seus programas eleitorais, e suas promessas contra a corrupção tornaram-se mais realistas e concretas”, enfatizou.

ONDE ONGS, GOVERNO E EMPRESAS SE ENCONTRAM

No entanto, em alguns casos, as coalizões de cidadãos podem não ser poderosas o suficiente para superar a resistência de interesses ocultos. É por isso que muitas ONGs de combate à corrupção veem os órgãos governamentais e as empresas como parceiros potenciais fundamentais para a eficácia de seus esforços, acrescentou Kelso.

A cooperação é importante não só para a sociedade civil, mas também para seus potenciais parceiros – agências de combate à corrupção, ouvidorias, comissões parlamentares de fiscalização e instituições multilaterais – além do empresariado, segundo Kelso. Por exemplo, em 2009, hostilizações contra a comissão

anticorrupção da Indonésia por parte de autoridades e empresários poderosos só diminuíram quando ocorreram manifestações em várias cidades e uma campanha pública no Facebook saiu em defesa da comissão.

Heller disse que as ONGs podem atingir “resultados poderosos” trabalhando de perto com reformistas dentro do governo. Entretanto, as tentativas de trabalhar com o setor privado produziram resultados contraditórios, acrescentou.

Muitas grandes empresas não estão dispostas a assumir posições públicas sobre questões polêmicas e preferem

ater-se a temas “mais palatáveis” – proteção ambiental, por exemplo – que podem contribuir para a reputação de sua gestão empresarial, de acordo com Heller.

No entanto, Kelso acredita que as empresas podem ser parceiras confiáveis. Como exemplo citou um acordo inovador entre uma empresa privada de água e uma comunidade costeira no Quênia intermediado pela Transparência Internacional do Quênia que conseguiu um preço menor para a água limpa eliminando a corrupção. ■

— Andrzej Zwaniacki



Contem conosco: a coalizão de cerca de 300 grupos da sociedade civil se compromete a fiscalizar como os países vão implementar a Uncac. (Cortesia: UNODC)

O PODER DA AÇÃO COLETIVA

do empresariado

Lisa Armstrong

Quando trabalhava na África do Sul no início de sua carreira na Fluor, empresa de engenharia com sede no Texas, Alan L. Boeckmann descobriu que a corrupção simplesmente fazia parte dos negócios. “Prometi a mim mesmo que se um dia estivesse em posição de fazer alguma coisa sobre isso, eu faria”, disse Boeckmann em discurso em 2008.

Ele cumpriu sua palavra em 2003 quando, como executivo-chefe da Fluor, ajudou a criar a Iniciativa de Parceria contra a Corrupção (Paci) como parte do Fórum Econômico Mundial em Davos.

Essa iniciativa global foi elaborada por empresas e para empresas, a fim de ajudá-las a combater a corrupção de forma coletiva.

TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO

As empresas que competem por contratos governamentais ficam particularmente vulneráveis à corrupção, uma vez que são com frequência compelidas a pagar propina a autoridades do governo para ganhar

licitações. Algumas tentam obter vantagem injusta por meio de trapaça, o que resultou no envolvimento de várias delas em escândalos nos últimos anos. Mas as empresas também são vítimas da corrupção. Segundo as Nações Unidas, a corrupção aumenta em média até 10% o custo dos negócios.

Essa é uma das razões que levaram os executivos-chefes da Fluor e de outras empresas do setor global de engenharia e construção, que trabalham com muitos contratos governamentais, a criar a Paci. Executivos-chefes de 19 empresas aderiram em 2003; hoje, a Paci tem 168 empresas filiadas no mundo todo, entre elas a Microsoft Corporation, a Coca-Cola Corporation e a Ernst & Young.

Ao aderir à Paci, as empresas devem desenvolver um programa e instituir uma política de tolerância zero contra a corrupção que abranja toda a empresa. Por exemplo, na Microsoft, todos os funcionários, vendedores e diretores devem cumprir as leis anticorrupção dos países em que a empresa atua. Os membros da Paci

Pague ou morderei: as empresas que comercializam internacionalmente às vezes são compelidas a pagar propina na Alfândega. (©Shutterstock Images)



A Microsoft exibe seu sistema Windows 8, mas não seus rigorosos controles internos para combater a corrupção. (©AP Images)

também ajudam uns aos outros na implementação e aplicação de programas anticorrupção.

“É fácil redigir um programa e colocá-lo em um site de internet ou em um quadro de avisos, mas muito mais difícil é implantá-lo em uma empresa”, disse Arthur Wasunna, da Paci. “Não apenas ajudamos as empresas a elaborar o programa, nós também trazemos empresas mais adiantadas nessa área para ajudar aquelas que aderiram recentemente.”

É NECESSÁRIO FAZER PARCERIA

As empresas também tomam a iniciativa de liderar esforços anticorrupção que envolvem governo, grupos não governamentais (ONGs), agências doadoras e a mídia. Essa abordagem, conhecida como “ação coletiva”, é promovida pelo Instituto do Banco Mundial,

Customs
Douane
Aduana





Um bom nome vale mais que ouro: o homem mais rico do mundo, o mexicano Carlos Slim, assina acordo sobre boa governança corporativa. (©AP Images)

pelas Nações Unidas e por outras organizações. Por exemplo, a ONG Transparência México, o secretário de Segurança Pública do México e empresas licitantes estabeleceram um pacto de integridade e designaram um monitor externo que garante que o processo de licitação para serviços de seguro de propriedades

seja transparente e justo. E na Nigéria uma parceria entre grandes empresas, ONGs e uma agência governamental certifica a conformidade de suas empresas-membro com os princípios de integridade e transparência.

A Paci trabalha atualmente em um programa-piloto com o governo de um país asiático onde as empresas tinham de pagar propina para passar mercadorias pela Alfândega.

“Nós tivemos algumas ideias – [o governo] pagar aos agentes alfandegários um salário que reduza sua propensão de pedir propina, bem como informatizar o sistema [alfandegário]”, disse Wasunna.

É fácil redigir um programa e colocá-lo em um site de internet ou em um quadro de avisos, mas muito mais difícil é implantá-lo em uma empresa.

Os membros da Paci acreditam que empresas, governos e organizações trabalhando juntos podem reduzir radicalmente a corrupção no mundo todo.

“Constatamos que certamente há formas de desvendar a corrupção onde ela existir [e] começar a fazer pressão nos lugares certos”, afirmou Lee Tashjian, vice-presidente da Fluor para Assuntos Corporativos. As empresas da Paci e seus parceiros fizeram um bom trabalho na eliminação da corrupção, embora obviamente ainda reste trabalho a ser feito, acrescentou. ■

Lisa Armstrong é redatora freelancer.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente os pontos de vista ou as políticas do governo dos Estados Unidos.



Karim Rathor, Paquistão

REPÓRTERES SE ASSOCIAM (ou não) PARA DENUNCIAR CORRUPÇÃO

Em 2010, sete repórteres baseados no Leste Europeu, nos Balcãs e nos Estados Unidos começaram a noticiar sobre paraísos fiscais offshore. O esforço investigativo foi organizado pelo Projeto de Reportagem sobre Crime Organizado e Corrupção (OCCRP), rede de jornalistas investigativos e veículos de comunicação no Leste Europeu e na Ásia Central. Passando-se por homens de negócios em busca de evasão de impostos, os jornalistas descobriram toda uma indústria de serviços para criminosos, empresários corruptos e políticos interessados em usar paraísos fiscais como fachada para lavagem de dinheiro, evasão fiscal e contrabando de drogas e armas.

Os sete repórteres estão entre centenas de jornalistas do mundo todo em busca de assuntos que outros não podem ou não querem examinar. Contando com trabalho sigiloso e fontes que preferem manter o anonimato, eles expõem acobertamentos políticos, práticas duvidosas de negócios e corrupção de vários tipos.

David Kaplan acredita que o jornalismo investigativo funciona especialmente bem como força dissuasória ao suborno e ao mau uso dos recursos públicos. Kaplan é jornalista investigativo e editor-geral do OCCRP.

“Tamanho corrupção só pode ser freada quando se sabe que alguém está à espreita”, disse Kaplan na apresentação de um estudo sobre a cobertura da corrupção feita pela imprensa.

Mas em alguns países expor a corrupção por meio da imprensa pode ser perigoso. Repórteres que combatem a corrupção são quase sempre perseguidos, hostilizados, espancados, detidos ou mortos. Um quinto dos 812 jornalistas



Eles não serão silenciados: em 2007, jornalistas do Sri Lanka protestaram contra a hostilização, por parte do governo, de repórteres que denunciaram a corrupção. (©AP Images)

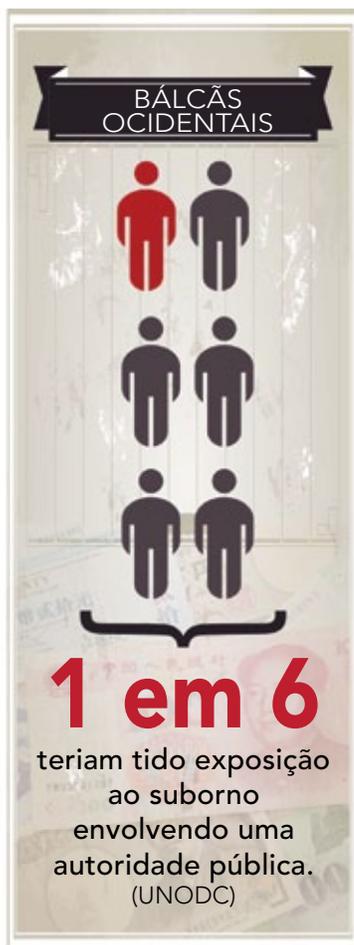
assassinados de 1992 a 2010 estava trabalhando em matérias “especificamente sobre corrupção”, segundo estudo de Rosemary Armao, ex-repórter e professora de Jornalismo da Universidade Estadual de Nova York em Albany.

No entanto, apesar da intimidação, os jornalistas investigativos estão na linha de frente do combate à corrupção. De 2007 a 2011, entre oito vencedores do Prêmio Integridade concedido pela Transparência Internacional a ativistas que se destacaram no combate à corrupção três eram jornalistas.

LOBOS SOLITÁRIOS

Tradicionalmente os repórteres investigativos são “operadores do tipo ‘lobo solitário’”, disse Gerard Ryle, diretor do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ). Quanto menos pessoas souberem sobre a reportagem em que um jornalista está trabalhando, menores as chances de que alguém possa revelar as informações prematuramente – e maiores as chances de que a matéria seja publicada, disse. Muitos jornalistas individualmente revelaram corrupção e outras atividades criminosas por conta própria, como Attotage Prema Jayantha no Sri Lanka e David Leigh no Reino Unido.

Esses jornalistas podem encontrar aliados entre reformistas governamentais, ativistas cidadãos, empresários em





busca de concorrência justa e grupos não governamentais como a Transparência Internacional ou a Fundação Sociedade Aberta. Mas segundo Rosemary Armao os jornalistas são mais eficazes “quando trabalham de maneira independente”.

“Eles precisam estar livres para conduzir as investigações aonde quer que elas possam levar sem se preocupar com as ligações ou as alianças entre seus ‘parceiros’ e os alvos de seu trabalho”, disse ela.

Os parceiros podem ajudar os jornalistas fornecendo informações, sugerindo fontes, apoiando seu trabalho e, em muitos casos, defendendo suas apurações contra



Outro esquema? Em 2007, jornais da Nigéria noticiaram sobre uma investigação britânica sobre lavagem de dinheiro realizada por ex-governadores de estado nigerianos. (©AP Images)

negações de governos ou empresas – se suas ofertas vierem sem condições ou restrições, disse Rosemary.

TODOS JUNTOS AGORA?

Associar-se, portanto, diz Ryle, traz vantagens para os jornalistas investigativos. Isso “dá ao jornalista a proteção de um grupo e permite que ele receba conselhos de pessoas mais experientes”, disse. É por isso que sua organização incentiva a colaboração entre jornalistas de diferentes países.

“Mas é preciso analisar caso a caso”, disse Ryle.

Equipes do ICIJ formadas por 3 a 20 repórteres revelaram o contrabando praticado por empresas multinacionais de tabaco e investigaram cartéis militares particulares, empresas de amianto e lobistas das mudanças climáticas. Para um projeto de contrabando de tabaco, o consórcio fez parceria com o OCCRP depois do sucesso de sua reportagem sobre o crime offshore. Apenas algumas semanas depois de sua publicação em 2011, um conhecido consultor de evasão fiscal mencionado na reportagem foi preso e acusado, e seu sócio foi obrigado a suspender as operações. ■

SUL DA ÁSIA

40%
teriam pago
PROPINA
para um funcionário
do governo em 2010.
(AFP)

— Andrzej Zwaniński

Quando a **CORRUPÇÃO** encontra a **JUSTIÇA**

A “MÃE” DE TODOS OS ESCÂNDALOS CORPORATIVOS

A Siemens AG, empresa multinacional de engenharia com sede na Alemanha, reconheceu ter usado até 1,3 bilhão de euros ilegalmente, em um esquema elaborado de suborno e propina, para ganhar contratos no mundo inteiro. De 2002 a 2006, dinheiro sujo, caixa dois e malas cheias de dinheiro foram usadas para subornar autoridades em países como Argentina, Bangladesh, China, Iraque, Israel, Líbia, México, Nigéria, Rússia, Venezuela e Vietnã.

Em dezembro de 2008, a Siemens concordou em pagar às autoridades americanas e europeias US\$ 1,6 bilhão em multas, quantia tão inédita quanto o número e o escopo das investigações internacionais dos delitos da Siemens. As agências dos EUA trabalharam em estreita cooperação com a Promotoria Pública de Munique para abrir vários processos, e os promotores alemães se beneficiaram da cooperação com seus pares da Grécia, da Itália e da Suíça. Agora a Siemens AG está na linha de frente dos esforços de boa governança.

PERDENDO EM UM CASSINO DE LADRÕES

Dois ex-gerentes do Banco da China, operado pelo governo, tiveram inicialmente sorte na Meca do jogo de Las Vegas. Eles usavam cassinos para lavar parte dos US\$ 485 milhões que haviam sugado de uma agência bancária da província sulista de Guangdong em meados dos anos 2000. Eles juntaram o dinheiro por meio de empresas-laranja de Hong Kong e de bancos canadenses e americanos e em seguida fugiram para os Estados Unidos.

Por fim, a Justiça pegou Xu Chaofan e Xu Guojun em Las Vegas. Em maio de 2009, um tribunal federal dos EUA os condenou a mais de 20 anos de prisão por fraude financeira e outros crimes. A China e Hong Kong ajudaram as autoridades dos EUA a produzir provas e puseram testemunhas à disposição para depor.

QUEM RECEBE DINHEIRO DE VIGARISTA?

Com mais de US\$ 5 bilhões de dinheiro roubado, o general Sani Abacha entrou para a lista dos ‘cinco mais’ da Transparência Internacional – isto é, ele é considerado um dos líderes mais corruptos do mundo na história recente. Abacha governou a Nigéria de 1993 até morrer, em 1998.

Em 2002, US\$ 1 bilhão foi devolvido à Nigéria como parte de acordo extrajudicial com a família Abacha. Em 2005, com outros recursos em limbo legal na Suíça, um advogado suíço usou tática inovadora para quebrar o impasse, permitindo ao governo suíço devolver US\$ 505 milhões à Nigéria. O Reino Unido, Liechtenstein, Luxemburgo e outras entidades devolveram outros US\$ 700 milhões como resultado de outros processos. Grupos não governamentais suíços e nigerianos trabalharam com os respectivos governos para garantir que os recursos recuperados sejam usados para fins de desenvolvimento.

ROUBANDO DOS POBRES

A julgar pelas despesas de Arnaldo Alemán - uma festa de US\$ 46.609 em Coral Gables, Flórida, por exemplo – seria possível pensar que ele fosse o líder de uma nação rica. Na realidade, de 1997 a 2002, ele foi presidente da Nicarágua, um dos países mais pobres do mundo. De acordo com a Transparência Internacional, ele saqueou US\$ 100 milhões do país. Quando Alemán foi acusado, na Nicarágua, de crimes ligados à corrupção, governos de vários países bloquearam suas contas bancárias.

Uma investigação nos EUA localizou dinheiro desviado para contas bancárias e imóveis dos EUA. Em 2004, autoridades americanas confiscaram e transferiram para a Nicarágua aproximadamente US\$ 2,7 milhões de ativos do ex-presidente. Os recursos deveriam ser usados em projetos na área de educação.

MENTIRAS, SUBORNO E VIDEOTEIPE

Nos anos 1990, Vladimiro Montesinos, chefe do serviço de inteligência do Peru, administrou uma rede de corrupção envolvendo tráfico de drogas, comércio de armas e outras transgressões. Grande parte dos proventos de seus esquemas ilegais foi lavada por meio de empresas-laranja e transferida para bancos fora do Peru. O destino de Montesinos foi selado quando foi apanhado subornando um parlamentar da oposição em videoteipe que foi ao ar em uma estação de TV local. Ele fugiu do Peru em 2000.

Quando Montesinos foi capturado, em 2001, por autoridades venezuelanas que trabalhavam com órgãos americanos e peruanos responsáveis pela aplicação da lei, e posteriormente condenado por um tribunal peruano,



Ilya Katz, Israel

diversos países – entre os quais Estados Unidos, Suíça, Ilhas Cayman, Luxemburgo e México – cooperaram para rastrear e recuperar os ativos roubados. Graças a esses esforços, o novo governo eleito do Peru recuperou mais de US\$ 185 milhões.

HAWALA INTERNACIONAL

A *rede hawala*, sistema informal de transferência de dinheiro, estava no centro de uma operação de lavagem de dinheiro com sede em Maryland e Washington. Saifullah Ranjha, Abdul Rehman e outros usaram a rede hawala para lavar dinheiro do tráfico de drogas e do contrabando de cigarros falsificados.

Após quatro anos de investigação sigilosa de quatro esquemas criminosos diferentes que abrangiam o mundo, Ranjha, Rehman e 37 comparsas foram presos por autoridades dos EUA. Em 2007, foram indiciados por acusações ligadas a lavagem de dinheiro, suborno de autoridades públicas e, em um caso, financiamento de terroristas. Autoridades de países como Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Países Baixos e Reino Unido ajudaram os órgãos dos EUA responsáveis pela aplicação da lei na investigação.

Em 2008, Ranjha declarou-se culpado de conspirar para lavar dinheiro e para encobrir financiamento de terroristas e foi condenado a 110 meses de prisão. Até fevereiro de 2009, outros 23 réus haviam se declarado culpados de participação em um ou mais esquemas. ■

— Andrzej Zwaniecki

Em cima: Homem de família: o presidente nigeriano Sani Abacha convidou a família ampliada e os comparsas a se servirem dos recursos públicos. No meio: O cheque não estava na correspondência: em 2004, o presidente Bolanos, da Nicarágua, recebeu recursos roubados por ex-autoridade e apreendidos por autoridades dos EUA. Em baixo: Diante do show: em 2003, o ex-chefe do serviço de inteligência do Peru, Montesinos, foi julgado em Lima por acusações de corrupção.

DINHEIRO RECUPERADO DA CORRUPÇÃO

ESTÁ ENTRE OS CINCO LÍDERES MAIS CORRUPOTOS NA HISTÓRIA RECENTE.



US\$ 2,2 BILHÕES RECUPERADOS.



DINHEIRO ROUBADO RECUPERADO

US\$ 2,7 MILHÕES PARA PROJETOS EDUCACIONAIS.



CAPTURADOS E CONDENADOS.

MAIS DE US\$ 185 MILHÕES DEVOLVIDOS AOS COFRES PÚBLICOS

CARTUNISTAS RETRATAM A CORRUPÇÃO

Cartunistas do mundo todo abordaram o tema da corrupção — com resultados instigantes. As charges apresentadas nesta edição de *eJournal USA* foram selecionadas entre os semifinalistas do Concurso Global de Charges Editoriais de 2011 organizado pelo Centro para a Empresa Privada Internacional (Cipe) e estão nesta publicação como cortesia do Cipe. ©Centro para a Empresa Privada Internacional

Oleg Loktyev, Rússia



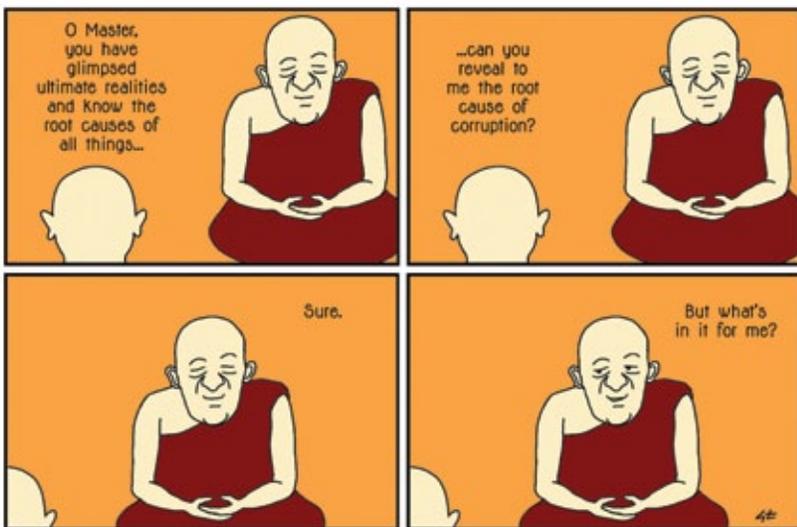
Jamie Mercado James, México



Cristian Herrero, Espanha/Suíça



Patrick Rabehoavy, Madagascar



Gautama Polanki, Índia



Alexander Kaminsky, Moldávia

Usama Ela Abull, Egito

..Development ??



Ruslan Valitov, Quirguistão



Sergey Birkle, Cazaquistão



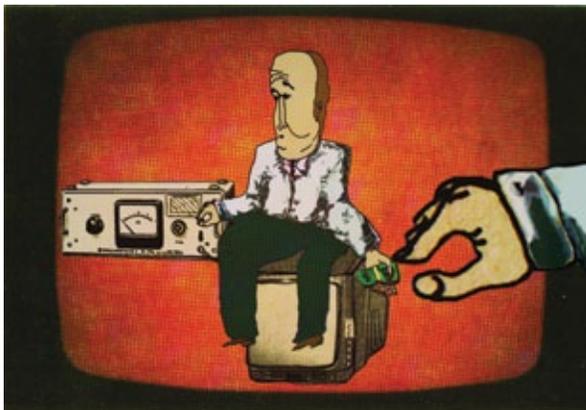
Vahe Nersesian, Armênia



Basca Gergely, Hungria



Boldizsar Kovacs, Hungria



Alexandr Dubovsky, Ucrânia



RECURSOS ADICIONAIS

GRUPOS, CENTROS E PROGRAMAS DEDICADOS À BOA GOVERNANÇA E AO COMBATE À CORRUPÇÃO:



Grupo de Trabalho Anticorrupção e Transparência da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), órgão intergovernamental criado para coordenar a implementação de convenções e medidas anticorrupção e promover colaboração na região da Apec.

<http://www.apec.org/Groups/SOM-Steering-Committee-on-Economic-and-Technical-Cooperation/Working-Groups/Anti-Corruption-and-Transparency.aspx>



Centro para a Empresa Privada Internacional, instituto de pesquisa de políticas que trabalha para fomentar instituições democráticas de mercado e melhorar a governança por meio da transparência e da prestação de contas.

<http://www.cipe.org/about>



Parceria Deauville, iniciativa do G-8 que promove desenvolvimento econômico, criação de empregos, combate à corrupção e governo aberto no Oriente Médio e no Norte da África.

<http://www.imf.org/external/np/dm/2011/091011.htm>



Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro (Gafi/FATF), órgão intergovernamental dedicado ao desenvolvimento e à promoção de políticas contra a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

http://www.fatf-gafi.org/pages/0,2987,en_32250379_32235720_1_1_1_1_1,00.html



Grupo de Trabalho Anticorrupção do G-20, órgão intergovernamental criado para implementar o plano de ação anticorrupção do G-20 adotado na cúpula do G-20 de 2010.

<http://www.g20.org/en/sberpas-track/corruption>



Integridade Global, grupo não governamental internacional que defende governos transparentes e responsáveis com a ajuda de pesquisa e tecnologias.

<http://www.globalintegrity.org/>



Global Witness, grupo não governamental internacional que faz campanha contra conflitos, corrupção e violações ambientais e contra os direitos humanos que tenham relação com indústrias de recursos naturais.

<http://www.globalwitness.org/>



Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, rede global de repórteres que colaboram com reportagens investigativas aprofundadas sobre crime transnacional, corrupção e outros assuntos sensíveis.

<http://www.publicintegrity.org/investigations/icij/>



OCDE – Convenção Antissuborno, material relacionado com a Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros.

http://www.oecd.org/department/0,3355,en_2649_34859_1_1_1_1_1,00.html



Parceria para Governo Aberto, esforço intergovernamental para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis.

<http://www.opengovpartnership.org/about>



Transparência Internacional, grupo não governamental de combate à corrupção que publica classificações da corrupção dos países e organiza uma conferência internacional bianual sobre o combate à corrupção.

<http://www.transparency.org/>



Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, procura fomentar parcerias multilaterais contra o crime organizado transnacional e a corrupção.

<http://www.unodc.org/>



Banco Mundial – Governança e Combate à Corrupção, recurso de políticas, pesquisa e informações relacionadas com o Banco Mundial sobre combate à corrupção e boa governança.

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTGOV-ANTICORR/0,,menuPK:3036107~pagePK:149018~piPK:149093~theSitePK:3035864,00.html>



Iniciativa de Parceria contra a Corrupção do Fórum Econômico Mundial, programa destinado a consolidar esforços do setor privado para combater a corrupção, formular regulamentações relacionadas e facilitar a troca das melhores práticas entre as empresas.

<http://www.weforum.org/issues/partnering-against-corruption-initiative>

Tem algo a dizer?



Participe da conversa!

Visite nossa página no Facebook

[www.facebook.com/ejournalUSA!](http://www.facebook.com/ejournalUSA)

próximo mês!
em *eJournal USA*

Esporte Fortalece Comunidades

Confira a próxima edição de *eJournal USA* dedicada inteiramente aos esportes!

Muitos jovens atletas sonham em se tornar superestrelas nos esportes que praticam, mas o esporte é muito mais do que ganhar muito dinheiro nas grandes ligas. Nos Estados Unidos, o esporte desempenha um grande papel na vida das comunidades e ensina lições valiosas, como disciplina, trabalho em equipe e tolerância, que ajudam os jogadores a terem sucesso dentro e fora de campo.

